

## A MELANCOLIA ACADÉMICA NA VIRAGEM DO MILÉNIO

Albertino Gonçalves

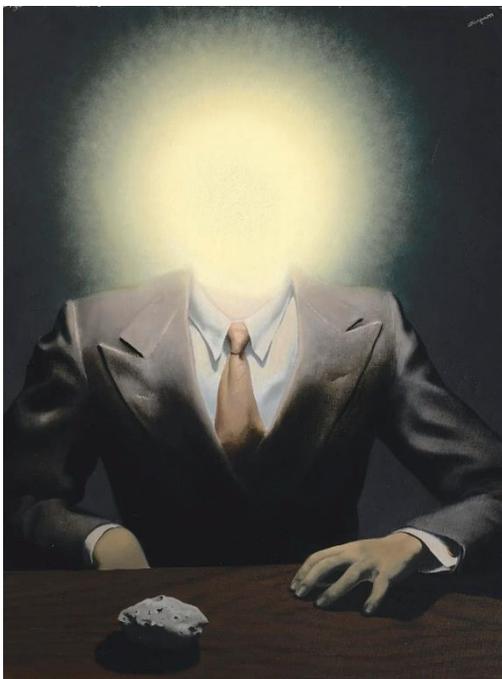


Figura 1. R. Magritte. O Princípio do Prazer. 1937

"Bizarro, bizarro...  
Disse bizarro, bizarro?  
Como é estranho!  
Por que teria dito bizarro, bizarro?"  
(Jacques Prévert, diálogo do filme *Drôle de Drame*,  
1937)

Realidades outrora familiares podem tornar-se estranhas e, por vezes, difíceis de entranhar. O advento do novo milénio ficou marcado pelo incremento de novas tecnologias e, nos países ocidentais, pelo predomínio do neoliberalismo. O mundo académico acompanhou estas transformações, mas, realidade bastante heterogénea, as tendências observadas podem assumir intensidades e contornos distintos consoante as sociedades e as instituições envolvidas.

Após 40 anos de ofício, experienciei e conheço apenas um pequeno segmento dessa realidade imensa. Com a limitação suplementar de o fazer através de uma perspetiva singular, de alguém que não se quer nem apocalíptico nem integrado, com um pé cada vez mais fora e com um perfil mais local do que cosmopolita (Merton, Robert K, "Patterns of Influence: Local and Cosmopolitan Influentials", pp. 441-474, *Social Theory and Social Structure*, 1ª ed. 1949, New York: The Free Press, 1968). Os próximos apontamentos resumem-se a impressões que justificam sérias reservas. Não são generalizáveis, não se aplicam a todas as instituições académicas, nem especificáveis, não visam nenhuma em particular.

Muitas universidades pretendem assumir-se como empresas empenhadas num mercado concorrencial de bens do conhecimento. Qual é a sua preparação? De onde partem e como se estão a reconverter para enfrentar este desafio?

O modo de organização mais habitual convoca dois eixos de poder: por um lado, uma hierarquia de estamentos secular, diferenciada por títulos praticamente vitalícios. Os membros entram e ascendem por cooptação. Uma cooptação que, de regulamento em regulamento, se tornou *sui generis*. Os membros do estamento de acolhimento não são chamados a decidir (cooptar), prerrogativa exclusiva dos membros do estamento superior. Acentua-se uma seleção e concentração do poder no topo e uma difusão e esvaziamento nos demais escalões, designadamente mediante a redução da participação em determinados júris e o alargamento exorbitante das candidaturas às respetivas vagas da carreira. Aumenta, assim, a sobrecarga no topo e a incerteza e vulnerabilidade na base e nos escalões intermédios, cujos "privilégios", tais como a elegibilidade para determinados cargos, tendem, curiosamente, a ser cada vez menos valorizados e desejados.

O segundo eixo do poder é composto por órgãos eleitos ou designados por responsáveis eleitos. Neste caso, a legitimidade é democrática e a ocupação dos postos, temporária. Se os colégios eleitorais costumam ser universais, a elegibilidade confina-se, em contrapartida, apenas aos membros do quadro. Estes órgãos eleitos ocupam-se, sobretudo, da gestão corrente ou cíclica, com uma carga burocrática elevada. As decisões estruturantes escapam-lhes. Mesmo quando lhes é permitido propor iniciativas de algum alcance, tais como a criação de projetos de ensino, a deliberação final não cabe às suas "comissões" e "assembleias", mas aos "conselhos" e "senados" a que, por uma ou outra via, estão subordinadas. Em várias vertentes, têm vindo a perder poder. Diminuem os recursos, as competências e a autonomia. Por exemplo, as comissões de curso deixam de ter orçamento próprio e os departamentos perdem controlo na área da investigação. Dinâmicas que se espelham na atratividade dos cargos: escasseia a apresentação de listas e multiplicam-se, formal ou informalmente, as indisponibilidades. Reconheça-se que os custos, em particular de oportunidade, tendem a ultrapassar as recompensas, nomeadamente no que respeita à progressão na carreira. Com pouco peso na seriação dos concursos, os cargos retiram tempo e disponibilidade à investigação e à publicação, ambas suscetíveis de render mais pontos na bolsa dos valores académicos. Os cargos "democráticos" tendem a ser encarados como uma obrigação, senão uma penalização, a que se esquivam quem pode.

Além destes dois eixos, dos titulares e dos eleitos, existem outras hierarquias e relações de poder que, embora não plasmadas nos estatutos, marcam e influenciam a vida e os destinos das universidades. Entre outras, tais como a influência na comunidade envolvente ou a capacidade pedagógica, destaca-se a "autoridade científica". Considerada por Pierre Bourdieu como a modalidade de dominação mais característica do "campo científico" ("*Le champ scientifique*", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2-3, 1976, pp. 88-104), a autoridade científica prende-se com a excelência e a exemplaridade reconhecidas a um cientista pelos seus pares. Trata-se de uma forma de capital simbólico que, apesar de relativa e não material, possui uma capacidade efetiva de orientação e mobilização.

As diversas modalidades de poder (dos titulares, dos eleitos e dos reconhecidos) não coincidem forçosamente. É possível ser-se alta autoridade científica e não estar no topo da carreira.

Noutra perspetiva, as universidades desdobram-se em diversas frentes, cada uma com destinatários distintos: o ensino, a investigação e a "extensão à comunidade". Nos últimos anos, observa-se uma tendência para uma rutura com uma tradição matricial secular: a interligação entre o ensino e a investigação. Multiplicam-se os centros de investigação separados das escolas e avolumam-se as agências especializadas neste domínio. Por outro lado, as universidades parecem cada vez mais apostadas na investigação do que no ensino. Esta opção de privilegiar o mercado em que os clientes são os próprios investigadores, em detrimento de outros como o dos estudantes e o das prestações de serviços à comunidade, pode comportar riscos cujas consequências resultam ao mesmo tempo previsíveis e surpreendentes. A figura da "pescadinha com rabo na boca" nem sempre se oferece como uma inspiração avisada.

Estes breves apontamentos, pinceladas grossas, parciais, tendenciosas e algo apocalípticas, conjugam-se para desenhar a imagem de algumas universidades como ornitorrincos mais ou menos articulados, imagem que está longe de condizer com aquilo que se espera de uma empresa competitiva empenhada num mercado aberto e concorrencial.

Em tempos de inovação tecnológica, globalização e abertura dos mercados, o mundo empresarial experimenta mudanças significativas. As empresas procuram tornar-se mais ágeis, céleres e versáteis, melhorar a comunicação externa e interna, descentralizar e desconcentrar, incentivar a criatividade, desenvolver uma marca própria, motivar os colaboradores e promover a participação a todos os níveis. Paradoxalmente, a contramão, as universidades (hiper)burocratizam-se.

Quando, no início do século XX, Max Weber concebe o "tipo ideal", uma espécie de modelo depurado, coerente e consequente, da burocracia, destaca-a como o modo de administração das grandes organizações complexas mais racional e eficiente, no presente e no futuro. Mas também se lhe reconhece riscos reais de perversidade decorrentes de excessos e propensões: formalismo, normalização e regulamentação; rigidez e inflexibilidade; repetição, rotinização e lentidão; confusão entre meios e fins; vigilância e controlo; défice de criatividade; alienação, apatia e desmotivação dos colaboradores. Efeitos não desejados que justificam a conotação negativa que lhe é frequentemente atribuída.

Estas perversidades encontraram terreno propício no mundo académico. Aumentam as regras, as normas, os despachos e as circulares, as plataformas, as aplicações, os protocolos e os formulários; os canais, as vias e os circuitos; os filtros, as vigilâncias e os controlos; os relatórios, os pareceres, as peritagens, as certificações e as validações; os concursos, as grelhas e as seriações; os cargos, as missões e as representações; os projetos, as candidaturas, os orçamentos, as contas e as cabimentações; a centralização e a concentração; as comissões, as reuniões e as atas; os obstáculos, os contratempos, as ruturas de comunicação, as decisões extemporâneas e a deriva de oportunidades; a desumanização, o desânimo, o alheamento, o esmigalhamento das relações interpessoais e a frustração. Nas margens, nas dobras e nos interstícios, insinuam-se informalidades, improvisos e ajustamentos.

Numa conversa de café com funcionários, estes confessam que "sentem pena dos docentes, sobrecarregados com tarefas que não condizem com as suas qualificações, de secretaria. Um desperdício de recursos".

Principalmente a partir do processo de Bolonha, multiplicaram-se, literalmente, os cursos de pós-graduação, nomeadamente especializações e mestrados, assim como as inscrições em doutoramentos. Por vários motivos: complementar as licenciaturas abreviadas, consolidar as linhas de investigação e alargar a oferta educativa. Hoje, é voz corrente que, em Portugal, existem cursos de mestrado a mais: o mercado alcançou a saturação. Multiplicando-se os cursos, cresceram os estudantes, as aulas, as orientações, as provas e os júris. Mas o corpo docente permaneceu o mesmo. Não sei o que dizer da qualidade das orientações, das dissertações e das provas. Estou em crer que nestas atividades as novas tecnologias ainda não fazem milagres.

Este processo de burocratização evolui a um ritmo acelerado. Coube-me o encargo de implementar um curso, o mestrado em Comunicação, Arte e Cultura, iniciado em 2011. A adoção de um conjunto de iniciativas proporcionou notoriedade e consolidou o projeto em

menos de dois anos. Se a sua criação fosse dez anos mais tarde, sem orçamento próprio, com menos autonomia e maior lentidão e incerteza nas autorizações, o sucesso seria significativamente menor e a sua continuidade problemática.

Relevo quatro fatores que concorrem para esta dinâmica nas universidades.

Antes de mais, a inércia. “Temos de sofrer não só da parte dos vivos como ainda da parte dos mortos. *Le mort saisit le vif* [o morto agarra-se ao vivo]” (Karl Marx, *Le Capital*, Livre 1, Préface de la première édition, 1867). Não se questiona, e menos se reforma, o modelo das carreiras e a hierarquia por estamentos, ambos desfasados do desígnio proclamado de posicionamento como uma empresa. Por outro lado, a continuidade, a ausência de rutura com o passado, reflete-se, por exemplo, na introdução e na utilização conservadoras das novas tecnologias.

As universidades não estão suspensas no vazio. Acusam a influência do meio ambiente e estão submetidas a tutelas. Parte dos seus processos e características decorrem de leis e diretrizes de governos nacionais e internacionais, em particular da União Europeia. Por exemplo, "A obrigatoriedade de concursos internacionais para professores, com júris maioritariamente externos à instituição" publicada no Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto e vigente até ao Decreto-Lei nº240/2021, de 14 de Dezembro, que contempla a abertura de concursos internos, persistindo a composição dos júris "maioritariamente por individualidades externas à instituição de ensino superior, devendo ser garantido o equilíbrio de género na sua composição". Durante mais de uma década, membros internos em minoria e abertura internacional a candidatos externos. Qual seria a "empresa" que abdicaria da gestão da mobilidade e do recrutamento dos seus recursos humanos, arriscando contratações desnecessárias?

As novas tecnologias possuem várias faces, como Janus. As suas potencialidades tanto podem contribuir para a autonomia, a descentralização, a abertura, o envolvimento, a criatividade, a inovação, a simplificação, a versatilidade e a aceleração como derivar para a concentração, a arregimentação, o bloqueio, a passividade, a complicação, a rigidez e a lentidão. Ambas as faces comportam possibilidades inimagináveis, algumas opostas. As universidades mostram alguma dificuldade em evitar os efeitos negativos.

A evolução do mercado dos bens académicos é o quarto e último fator de burocratização considerado. Expandiu-se e reconfigurou-se, desenvolvendo e apurando a componente formal e abstrata. As universidades corresponderam.

A produção, a circulação e o consumo dos bens académicos tornam-se mais globais, acessíveis e abertos mas também mais regulamentados, filtrados e hierarquizados. Cresce o papel dos (grandes) grupos e das empresas de intermediação, avaliação e validação. Acentua-se a divisão entre o mercado "oficial", com bens reconhecidos pelas grandes agências, e o mercado residual ou marginal, ignorado e desvalorizado. Privilegia-se o universalismo, a impessoalidade, a objetividade e a normalização, em detrimento da particularidade, da densidade, da subjetividade e do desvio. Ilustram-no as "chamadas de artigos", a "revisão cega", as métricas e as normas de referência bibliográfica. A classificação e a seriação recorrem, sempre que possível, à quantificação. Selecionam-se dimensões, elegem-se indicadores e constroem-se escalas e índices. Tudo se revela digno e passível de comparação e medida. Triunfam os *rankings*: de centros de investigação, de editoras e revistas, de obras e autores, distribuídos por níveis de excelência e fatores de impacto (referências, citações, consultas, descargas). Vinga a construção de ferramentas de medida e a produção de métricas mais ou menos complexas e afinadas. Aproximamo-nos de uma mania que frisa a "quantofrenia", o abuso da matemática cujo cúmulo conduz à medida de tudo e à relevância de nada (Pitirim A. Sorokin, *Fads and foibles in modern sociology and Related Sciences*, Chicago, H. Regnery Company, 1956).

Convém abrir um parêntesis. Abusa-se da matemática sempre que se pede o que não pode dar. Quando, por exemplo, se pretende legitimar decisões e juízos que encerram incerteza ou arbitrariedade.

Pode-se calcular o número de citações por autor em determinado banco de dados bibliográfico, como a Scopus ou a Web of Science. Abusa-se quando, a partir da distribuição obtida, se adianta que determinado autor possui mais mérito científico que outro. Por gigantesco que seja o banco de dados, resume-se a uma parte do todo, a uma amostra de um universo. Nada garante que nas demais publicações a distribuição se mantenha a mesma. Por outro lado, importa questionar se se mede apenas o que se pretende estimar ou se estão em jogo, interferem, outros fatores ou efeitos. No caso vertente, a língua, a notoriedade do tema, a editora, a ancoragem geográfica, as redes de dependência pessoal ou outras variáveis eventualmente insuspeitas. As métricas também têm limites.

Com esta febre quantitativa, vulgarizou-se a construção e o uso de escalas de mensuração como meio exclusivo de avaliação dos relatórios de atividade ou dos candidatos a concursos. Retomando o esquema proposto, há cerca de setenta anos, por Paul L. Lazarsfeld (com Morris Rosenberg. Eds., *The Language of Social Research*, Glencoe, Free Press, III, 1955) delimita-se o

âmbito, escolhem-se as dimensões e respectivos indicadores e constroem-se índices (medidas sintéticas a partir de dimensões e indicadores ponderados). Com a crescente abrangência e minúcia dos indicadores, as "fórmulas" tendem a ser cada vez mais extensas. Ao aplicar estas ferramentas de medida, por exemplo, aos candidatos, espera-se que a pontuação que lhes é atribuída permita estimar o seu valor relativo, pressupondo uma correlação significativa entre a distribuição das pontuações obtidas e a distribuição do valor efetivo dos candidatos, valor este, à partida, desconhecido. Só que, tratando-se de uma estimativa, a associação entre as duas distribuições é de índole probabilística, de modo algum linear. Existem riscos de erro que aumentam quando o tamanho da amostra, o número de candidatos, se reduz. Digamos, 1% quando são milhares, 5% quando se desce determinado patamar, 10% outro... Quando se atinge a meia dúzia de candidatos, número raramente ultrapassado, por exemplo, nos concursos para professores catedráticos, o risco de errar não é negligenciável. Entra-se no domínio da especificação abusiva.

Nos concursos documentais, as grelhas da avaliação curricular da componente relativa às publicações evidenciam o protagonismo crescente das grandes agências de bases de dados: a pontuação de um artigo indexado (e.g., na Scopus ou na Web of Science) pode ultrapassar o quádruplo de um capítulo de livro ou de um artigo não indexado com revisão por pares.

Muitos concursos têm adotado uma primeira fase de avaliação por mérito absoluto. Para passar à fase seguinte, de mérito relativo, exige-se um número mínimo de artigos indexados publicados, que, às vezes, ascende às dezenas.

Incorrendo num desvio pouco curial do genérico e abstrato para o concreto e definido, do geral para o pessoal, publiquei artigos indexados, não indexados e capítulos de livros. Não hesito em garantir, com toda a honestidade, que os artigos indexados não possuem mais qualidade que os demais, cuja ausência das revistas indexadas não decorre da impossibilidade, mas da falta de interesse. Por vários motivos: associados a projetos de investigação, convinha publicá-los nesse âmbito; ou escritos por convite, tinham edição predestinada. Acresce que, a meio do percurso, desisti, assumidamente, da carreira. Uma das vantagens consistiu numa maior margem para "sair dos eixos". Passei a publicar os textos, com a mesma dimensão e qualidade, num blogue que criei, em 2011, para o efeito. Opção sem sombra de arrependimento. Comparativamente com os artigos indexados, aumentou o público e a abrangência. Os artigos alcançam mais consultas e descargas em menos de um mês do que os artigos com DOI no site das revistas em mais de um ano. Uma dezena de artigos ultrapassou as 3 500 consultas, cinco mais de 8 000. Por seu turno, a "endogamia" diminuiu, descendo as

consultas provenientes de Portugal para o segundo lugar: 43,9% provêm do Brasil; 24,9% de Portugal; 7,3% dos Estados-Unidos; 5,5% da Espanha; 3,0% da França; 1,8% da Itália; e 13,5% dos demais países. O único inconveniente em não seguirem as vias "normais" consiste em não serem contabilizados pelas grandes agências de avaliação. Tudo se passa como se praticamente, ou oficialmente, não existissem. Vale-lhes o "mercado negro".

O mercado dos bens científicos, extremamente regulado e hegemônico, tanto absorve como exclui. Abre e fecha portas e janelas. De longe e sem binóculos, os "casos isolados", "à parte", não se distinguem nem se reconhecem. Mas, ao aproximar o olhar, tudo indica não só que existem, mas que afinal abundam, à semelhança dos mundos da arte e da música.

Um último reparo geral: no que respeita a autores e obras, não se impõe uma ligação linear entre quantidade e qualidade. Ferdinand de Saussure (1857-1913), fundador da linguística moderna e da semiologia, publicou, em vida, dois livros: a dissertação *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes* (Leipzig, R. G. Taubne, 1879) e a tese de doutoramento *De l'emploi du génitif absolu en sanscrit* (Genève, Imprimerie Jules-Guillaume Fick, 1881). O livro póstumo *Cours de Linguistique Générale* (Lausanne, Payot, 2016) resulta dos apontamentos das suas aulas, na Universidade de Genebra entre 1906 e 1911, colhidos pelos alunos. Por último, *Anagrammes Homériques* reúne manuscritos redigidos entre 1906 e 1909 e descobertos nos anos 1960 (Limoges, P-Ym Testenoire, 2013). Só mais um exemplo, Marcel Mauss, sociólogo e antropólogo, "pai da etnologia francesa", publicou três livros em vida: 1) *Mélanges d'histoire des religions* (com Henri Hubert, Paris, Félix Alcan, 1909), que consiste numa coletânea de textos dispersos; 2) *La prière* (Paris, Félix Alcan, 1909), que retirou de circulação no mesmo ano da edição; e 3) *Manuel d'ethnographie*, que, à semelhança de Saussure, reúne aulas lecionadas no Instituto de Etnologia da Universidade de Paris editadas por Michel Leiris e Denise Paulme. No entanto, não é de todo absurdo conjecturar que, com a febre que grassa, ambos teriam, hoje, quintuplicado, no mínimo, a produção. De qualquer modo, se a transposição de uma escala de um nível macro para um nível micro justifica reservas, o inverso, a contra-argumentação a partir de casos, também pode resultar falaciosa.

Receio ser mal interpretado. Nada tenho contra as regras e as normas, as bases de dados e as agências de avaliação, as métricas e os rankings. Reconheço-lhes fundamento, utilidade, eficácia... e poder. Parafraseando Winston Churchill, este tipo de "dominação legal-racional" oferece-se como "o pior dos regimes, à exceção de todos os outros". O meu pêndulo inclina-se

para a indiferença. Apenas dói quando a poeira fere os olhos ou se insinuam transposições e efeitos de contágio, perversos e capciosos, de umas esferas ou escalas para outras.

A expansão e a aceleração da circulação dos bens científicos arriscam desenvolver-se em detrimento da investigação. Nos centros, a parte dos recursos financeiros, materiais e humanos dedicada à publicação, à divulgação e às deslocações aumenta ano após ano. No que concerne à relação dinâmica entre a configuração do mercado (publicação) e a orientação da produção (investigação), acrescento duas ou três notas, meras impressões deveras débeis e vagas.

Os bens científicos, concebidos como mercadorias, valem cada vez mais pela embalagem, resultante de uma cadeia de intervenções que imprimem rótulos, carimbos, selos, assim como inscrições de marca, validade, valor e, eventualmente, um ou outro elemento de caracterização. O triunfo da forma e da abstração sobre o conteúdo e o concreto. Na própria produção do bem científico impõe-se o cuidado com a aparência e o aparato, com o valor acrescentado exógeno. A importância da embalagem é de tal ordem que se chega a prescindir do consumo, da apreciação imediata e substantiva. Quantos livros dormem, sem vida, encaixotados?

Esta dispensa da autoria e da obra perspectiva-se nos concursos documentais. Atendendo aos critérios, explícitos, assevera-se, hoje, concebível um membro de um júri avaliar os candidatos sem ler um único texto.

Entre o ato e o registo, o que vale é o registo. Aliás, sem registo não há ato. Com este andar, chegará um momento, lá para o infinito, em que se dedicará mais tempo a inscrever e descrever as atividades do que a realizá-las. Nos congressos, diminuem as presenças e aumentam as inscrições de comunicações cujo contributo se reduz ao resumo e ao título, cada vez mais extenso e vazio.

O investigador torna-se um negociante a quem importa saber vender a obra, um cientista mercador que trabalha para mercadores cientistas<sup>1</sup>. E, de novidade em novidade, surgem

---

<sup>1</sup> A condição do cientista que coloca os seus produtos no mercado altera-se de ano para ano em conformidade com a evolução dos "oligopólios editoriais" que o dominam. Nas últimas décadas, desenvolveram-se as revistas discriminadas como "predadoras" e vulgarizou-se a perspectiva de "pagar para publicar". Uma situação que se oferece mais complicada do que a dos agricultores, que se queixam de vender os seus produtos a preços abaixo do custo de produção. Os cientistas, e quem os apoia, não só arcam com os custos de produção, como estão expostos a dois custos acrescidos: a taxa para o artigo ser "reconhecido" mais, caso disso, a tradução, como "reconhecimento" da hegemonia da língua inglesa. Segundo o estudo

dilemas que confirmam a relevância e oportunidade do formato e do cálculo. Entre um doutoramento por dissertação e um doutoramento por artigos científicos, que escolher? Qual promete mais pontos?

Além da supremacia da embalagem, impressiona a tendência para o predomínio do mecânico sobre o orgânico. O mundo académico descobre-se avesso, senão alérgico, à singularidade, à particularidade e ao nicho; à cristalização, à rigidez e à espessura; aos grupos primários e à densidade dos laços interpessoais; às afinidades, filiações e identidades. Prefere a universalidade, a igualdade e a rede; a transparência, a fluidez e a aceleração; a categorização e a atomização.

Um dos sinais desta viragem reside na desconfiança face à "endogamia". Testemunha-o a preocupação das revistas em promover chamadas abertas mas também em limitar a proporção de artigos "caseiros".

Outro sintoma, que avanço com reservas, do declínio da organicidade remete para a divisão e identificação coletivas. A classificação por correntes teórico-metodológicas cede perante a categorização temática: estudos culturais, de género ou ambientais, em vez de funcionalismo, estruturalismo ou interacionismo simbólico. Embora mais orgânicas, as correntes teórico-metodológica tendem a perder adesão e relevância em termos de horizonte, di-visão e identificação. Pertencem cada vez mais à memória entrelaçamentos notórios e notáveis entre correntes, autores, revistas e entidades tais como sociologia dinamista - Georges Balandier - *Cahiers Internationaux de Sociologie* - Sorbonne; marxismo estruturalista - Louis Althusser - *La Pensée* - École Normale Supérieure; estruturalismo genético - Pierre Bourdieu - *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* - Centre de Sociologie Européenne; ou sociologia formista - Michel Maffesoli - *Sociétés* - Centre d'Études de l'Actuel et du Quotidien.

Outra realidade que também não escapa à erosão é a noção de autoria.

---

conduzido por Fernando Fernandez-Llimos, Susana Oliveira Henriques, Teresa Costa e Ricardo R. Santos (" Open access: Dependence from article processing charges publishing in Portugal". Original publication date: 2023-11-13. DOI: <https://doi.org/10.31235/osf.io/tk6zh>), a percentagem de artigos pagos no conjunto dos documentos indexados no Web of Science com autores portugueses subiu de 0%, em 2000, para 24%, em 2022. O crescimento acelerou a partir de 2017 (com menos de 5%). Em 2022, este valor ascendia a 30,4% nas universidades, 35,9% nos institutos politécnicos e 13,7% noutras instituições. O estudo estima que os autores portugueses teriam pago, em 2022, entre 5,1 e 8,5 milhões de euros. Os 30 691 documentos considerados foram assinados por 219 024 autores, o que dá uma média de 7,1 autores por documento.



Quando um produto vale pela embalagem e esta pelo que lhe colam, a autoria resume-se a uma proeza. A suspensão do conteúdo e a aposta na forma podem favorecer a autoria nas artes, duvido na ciência. Mas nem na forma o criador é autor exclusivo. O "artefacto" quer-se pré-formatado e revisto, co-agido, desdobrado e retocado por várias mãos até à conformidade e o remate finais.

Na elaboração de um projeto, de um artigo ou de um relatório, as regras, as recomendações e os guiões são tantos e tão precisos que aguardar narrativas, argumentações ou estilos pessoais resulta

complicado. Como no quadro de Caravaggio, *São Mateus e o Anjo* (1602), parece intrometer-se um anjo solícito a segurar a mão de quem escreve.

Nos júris, a operacionalização dos critérios através de uma grelha exaustiva e inequívoca permite que a seriação se processe de tal feição que só com boa vontade se consegue discernir o parecer pessoal ou a responsabilidade individual de cada membro. Uma máquina com um algoritmo adequado lograria o mesmo efeito.

Nas revistas indexadas, a avaliação e a revisão cegas salvaguardam o anonimato dos autores. O nome dos revisores também não costuma ser divulgado. Atinge-se com esta precaução o grau zero da autoria.

Enfim, o fenómeno da multiplicação das assinaturas dilui a autoria. A obra é assinada não só pelo(s) autor(es) mas também por uma lista de coautores com nenhum ou ínfimo contributo. Configuram-se situações em que orientadores e orientandos lembram as oficinas de arte medievais. O mestre desenhava os primeiros esboços e dava os retoques finais; um ou dois aprendizes faziam o resto. Mas ninguém assinava. Agora, costumam assinar todos: os orientadores, os aprendizes que escreveram o artigo mais aqueles que deram "apoio de grupo". De obra para obra, os autores e os coautores revezam-se. A prazo, ganham todos. A início, estranharam-se estas listas de autores, logo se entranharam e vulgarizaram. A praxe, na sua sagesa, introduz uma discriminação nestas listas, premiando, pontuando mais, o primeiro e último autores a assinar.

Em águas turvas, navegam docentes e investigadores. Sobreocupados e preocupados, heterogêneos, assumem reações distintas perante a (re)configuração do mundo académico. Proponho uma tipologia em quatro categorias:

- Os adeptos: reconhecem e reproduzem o "sistema", em que se sentem e evoluem como peixes na água;
- Os cínicos: indiferentes ao "sistema", jogam o jogo, cuidando de maximizar o proveito pessoal;
- Os dedicados: desencantados, não se reconhecem no "sistema", mas empenham-se. Criticam-no sem o combater de um modo consequente. Lembram os heróis das tragédias gregas a abraçar um destino indesejado;
- Os alheados: não se reconhecem nem investem no "sistema". Desistem e distanciam-se. Asseguram os mínimos, preferindo outros mundos e vidas.

Não disponho de informação para adiantar qual é a categoria mais representada. Inclino-me para a dos "dedicados", que não é, todavia, aquela que detém mais poder. Certo é que quando visito a universidade, regresso, sem ser por causa desta ou daquela categoria em particular, perturbado e com menos vontade de voltar.



Figura 2. René Magrotte. Memória. 1942

Num aspeto, a teoria do "campo científico" proposta por Pierre Bourdieu perdeu acuidade: a importância do "interesse no desinteresse", que assenta no pressuposto de negar (ou dissimular) na prática, inclusivamente nos conflitos, outros interesses para além dos específicos do campo, neste caso, os meramente científicos. Na realidade, há anos que está aberta a caça aos pontos. E, sem recalamentos, eufemismos ou sublimações, ninguém se dá ao trabalho de disfarçar.

O mundo académico constitui apenas uma parte do mercado de produção, circulação e consumo dos bens de conhecimento aprofundado e especializado. Um mundo em evolução

permanente. Reestrutura-se, expande-se, diversifica-se, complexifica-se e reforça-se a um

ritmo impressionante, propulsionado pelas mudanças tecnocientíficas, mas também económicas, sociais, políticas e culturais. As universidades estão em vias de perder, se alguma vez o tiveram, o "quase monopólio do saber".

No domínio da investigação, propagam-se, crescem e consolidam-se as entidades concorrentes e alternativas. Laboratórios, fundações, empresas e outras organizações, públicas, privadas ou mistas, eventualmente parceiras, conquistam quota de mercado, inclusivamente na investigação fundamental e avançada. Muitas vezes, produzem para as próprias universidades, convertidas em clientes.

No ensino, a mudança não é menos eminente. Com os novos media e as novas tecnologias, designadamente as potencialidades da Internet, a aprendizagem aventura-se fora das salas de aulas e dos muros dos campi. O acesso à informação tornou-se mais fácil, imediato, abrangente, intuitivo e qualificado. Nas plataformas, como o YouTube, abundam cursos e aulas, por vezes gratuitos, pelos melhores mestres a nível mundial. Entre enciclopédias digitais e a Inteligência Artificial, sobram meios e modos para "tirar dúvidas". A autoaprendizagem assistida por computador avoluma-se. Questionados, durante uma prova, sobre onde aprenderam determinada técnica, não é raro os alunos mencionarem uma página da Internet. É verdade que espreitam probabilidades de engano, mas onde se está isento? Se nos cingirmos, portanto, à "matéria", as universidades perdem peso.

Falta um terceiro pilar, a validação de competências, apanágio, durante muito tempo, das universidades. Sem falar da desvalorização dos diplomas nem da atenuação da correspondência entre estes e o desempenho profissional, intensificam-se as certificações alternativas, por exemplo, com recurso a exames internacionais que extravasam as universidades. As próprias empresas têm vindo a assumir a seleção, o recrutamento e a formação dos seus recursos humanos.

Apesar desta concorrência no mercado dos bens de conhecimento com outros protagonistas, dotados com armas desiguais, as universidades preservam uma vantagem competitiva: a concentração de recursos materiais e humanos qualificados num espaço físico propício à interação face a face e ao convívio presencial entre docentes, estudantes e funcionários. Trata-se de um trunfo considerável, que, se for subaproveitado, perde vigor e valor, revertendo em desperdício. Pode ser o caso de um investimento imponderado, favorecido pela pandemia da Covid-19, no ensino à distância. O cenário agrava-se quando começam a vulgarizar-se as aulas pré-gravadas disponibilizadas *online* segundo uma determinada agenda, subordinada, por

exemplo, às deslocações dos docentes. Desinvestir neste valor específico pode revelar-se uma aposta imprudente e desembocar num horizonte menos promissor.

A formiga no carreiro  
vinha em sentido contrário  
Caiu ao Tejo  
ao pé de um septuagenário

Lerpou trepou às tábuas (bis)  
que flutuavam nas águas (bis)  
e do cimo de uma delas  
virou-se para o formigueiro  
mudem de rumo (bis)  
já lá vem outro carreiro

(José Afonso. A Formiga no Carreiro.  
Venham Mais Cinco. 1973)

Estas palavras, que se arrastam em demasia, almejavam corresponder a um prefácio. Deu no que deu! Ao avançar sem cartografar o percurso, arrisca-se o descaminho. Respalhada na máxima estruturalista segundo a qual a identidade se forja na relação com a alteridade, a ideia consistia em esboçar uma breve caracterização do mundo académico para relevar quanto o livro *Eu sou tu: Uma ecossociologia da individuação* se afasta dessa realidade, enveredando por uma abordagem que, em muitos aspetos, navega a contracorrente. Aventurar-se rumo a outros carreiros em sentido contrário representa uma missão ousada.

José Pinheiro Neves, Pedro Rodrigues Costa e Paula de Vilhena Mascarenhas, docentes e investigadores, são testemunhos de como ainda se consegue ser diferente num meio tão balizado e arrumado. Compõem um trio atípico, senão atópico, que oscila entre o "dedicado" e o "alheado", sem alergias à "endogamia", às afinidades e aos laços locais. Mas, sociólogos do nosso tempo, rasgam horizontes, abrangendo temas cosmopolitas da atualidade, em particular na área da comunicação e das redes sociais. Ao arrepio, também, das recomendações em voga, ousam (re)visitar obras e autores clássicos, alguns parcimoniosamente frequentados: Gabriel Tarde, Vilfredo Pareto, Carl J. Jung.

Dispensam reificações e dicotomias, tais como coletivo/individual, exterior/interior ou macro/micro. Preferem a conexão e a partilha criativas entre atores e mundos, que, recíproca e dinamicamente, se constroem e singularizam. Abraçar e ser abraçado, criar o que nos cria.

Dedicado ao processo de individuação, tal como concebido por Carl J. Jung e Gilbert Simondon, este livro ilustra esta postura e aposta.

"À barca, à barca, venham lá! Que temos gentil maré!". A viagem é rara e a leitura promete.